Discurso ENAJE – Florianópolis

Senhoras e senhores,

É com imensa honra que recebemos os colegas magistrados vindos de vários cantos do Brasil para participar desta quinta edição do Encontro Nacional de Juízes Estaduais.

Santa Catarina, e em especial Florianópolis, recebe todas as senhoras e os senhores com muito carinho, de modo que não medimos e não mediremos esforços para propiciar uma estada tranquila, prazerosa e, sobretudo, inesquecível neste pedacinho de terra perdido no mar, onde jamais a natureza reuniu tanta beleza, jamais algum poeta teve tanto pra cantar, como tão bem escreveu o nosso eterno Zininho.

Este importante encontro se dá no exato momento em que a magistratura brasileira tem como desafio maior a retomada do debate sobre o seu papel na democracia e a sua importância para a manutenção do Estado de Direito. Por uma feliz coincidência, amanhã, comemora-se o Dia da Democracia. Nada mais oportuno do que celebrarmos tão importante data com uma análise acerca dos avanços e perspectivas nas relações entre Justiça, democracia, direito, cidadania e sociedade.

Isto se faz necessário, sobretudo porque vivenciamos um injusto processo de deterioração de nossa imagem, que nos deixa vulneráveis a ponto de comprometer a própria manutenção de nossas prerrogativas e direitos históricos, garantias estas que não são exatamente nossas, mas, sim, do cidadão, que espera e necessita de uma Justiça forte e atuante.

Infelizmente, há algum tempo observa-se um movimento crescente que tem claramente o objetivo de reduzir a independência e ativismo da Justiça brasileira. Não bastasse isso, a própria cúpula do Poder Judiciário, por meio de seu órgão de controle externo, tem se “esmerado” em transformar os nossos fóruns e tribunais em “chão de fábrica”, o que é inaceitável, posto que a missão de julgar a vida, a liberdade, o patrimônio ou a honra de um cidadão não pode ser enquadrada dentro da mesma lógica que rege uma linha de produção. Os prejuízos já são visíveis, porquanto tem afetado sobremaneira a saúde física e emocional de nossos juízes.

Importante que se diga que a magistratura brasileira não é contra o estabelecimento de metas e análise da sua produtividade por parte do Conselho Nacional de Justiça. O que não se pode aceitar é que decisões sejam impostas, sem a mínima observância das diferentes realidades locais e sem a devida contrapartida, no sentido de oferecer as condições adequadas para bem podermos desempenhar o nosso mister.

É preciso reagir. Não por uma questão de sobrevivência da própria classe, mas, acima de tudo, para honrar o compromisso que assumimos com a sociedade brasileira, de julgar com coragem, sensibilidade, de acordo com as leis, com a nossa convicção e, fundamentalmente, com a necessária independência. Mais do que nunca, precisamos acordar e acreditar que o futuro do país, o amanhã desta Nação que se quer grande, altiva, pujante e socialmente justa, depende de uma Justiça forte e absolutamente comprometida com os mais caros valores republicanos.

Não podemos esmorecer e permitir que certos setores da sociedade, notadamente aqueles que desejam perpetuar o atraso e fazer prevalecer as nossas históricas mazelas e injustiças, avancem no objetivo de acovardar e neutralizar o poder que nos foi constitucionalmente conferido para proteger o Direito e o povo brasileiro.

O momento é de união, de concentramos esforços para resgatar o respeito e a credibilidade da classe perante a opinião pública. E não há dúvidas de que a melhor forma de concretizar esta meta é tomarmos em nossas mãos a tarefa de melhorar o Poder Judiciário. Mais do que isso: precisamos não só batalhar por uma Justiça mais célere e efetiva, como também precisamos atentar para a necessidade de abrir canais de comunicação com a sociedade, para que ela conheça e reconheça o valoroso trabalho desempenhado pelos nossos magistrados.

Este desafio é imperioso, sobretudo porque dificilmente haveremos de conseguir convencer o cidadão de nossas necessidades se ele não acredita nem reconhece todo o nosso esforço. Somos campeões em produtividade e a sociedade precisa saber o que fazemos e o quanto fazemos; Mais do que alta produtividade, precisamos dar efetividade às nossas decisões. Penso que, assim, atenderemos os anseios dos cidadãos, permitindo que tenhamos êxito na tarefa de convencer os integrantes dos outros Poderes, estes responsáveis por manter, retirar ou ampliar o rol de direitos e prerrogativas da magistratura brasileira.

Há, sim, saídas para fazer frente ao aumento vertiginoso de litigiosidade que se verifica nos fóruns e tribunais de todo o País. E uma delas, sem sombra de dúvidas, passa por reformas em nosso sistema recursal, as quais, em absoluto, não devem jamais, comprometer o direito à ampla defesa. Esse processo pode e deve ser encabeçado pela magistratura, como, aliás, já o foi, quando o eminente ministro Cesar Peluzo apresentou a chamada PEC dos Recursos. Mais do que justa, nossa Justiça precisa ser efetiva, sob pena de favorecer aqueles que apostam na impunidade e utilizam o próprio Poder Judiciário para violar direitos ou não honrar compromissos e obrigações.

Estou absolutamente convencido de que a magistratura brasileira é plenamente capaz deste desafio. Mas para tanto, precisamos todos estar comprometidos e irmanados num amplo movimento de valorização da classe, atuando, prioritariamente no restabelecimento de um novo paradigma, focado na independência, modernização e disposição para construir um País mais justo e solidário.

Será desta forma, ou seja, unidos, que também haveremos de conquistar avanços no campo remuneratório. Precisamos estar focados em anseios da classe, como é o caso do adicional por tempo de serviço, a recomposição automática dos subsídios e a paridade entre ativos e inativos, por exemplo. Não podemos desistir, pois somos cônscios da legitimidade das nossas reivindicações, as quais são igualmente justas e factíveis do ponto de vista orçamentário.

Mais do que nunca, não podemos desanimar. Precisamos, sim, reagir, de cabeça erguida, a todo esse quadro sombrio que insiste em pairar sobre nossas cabeças. Urge, de uma vez por todas, que Juízes e Desembargadores, ativos e aposentados, dêem-se as mãos e que com o mesmo destemor e determinação com que sempre aplicaram a justiça, doa a quem doer, assim também passem a enfrentar essas forças que procuram simultaneamente tanto depreciar o papel exercido pelo Poder Judiciário como diminuir a magistratura como classe. Por isso, não podemos perder a fé de que, em breve, dias melhores virão.

A luta pela defesa dos direitos e prerrogativas da magistratura deve iniciar pela própria magistratura, mas, no entanto, não pode apenas a ela se circunscrever, pois não se trata de um mero movimento corporativista como erroneamente pode se supor, mas um imperativo da cidadania e da justiça social.

Essa luta dever ser também e, principalmente, de toda a sociedade!

Repito: o enfraquecimento da magistratura representa a ruína do Poder Judiciário, e a ruína do Poder Judiciário, por sua vez, significa a ruína do próprio Estado Democrático de Direito, pois não é possível o Brasil cumprir o projeto constitucional de construir uma sociedade livre, justa e solidária com uma magistratura acuada, submissa, fragilizada e dependente.

Senhoras e senhores,

A valorização da classe é o ponto central de nossas ações. É por ela que nós, líderes associativos, com o apoio de valorosos colegas, que lutamos diuturnamente. A nossa luta quer mais, muito mais do que meros benefícios pecuniários para estímulo à carreira.

Queremos também o reconhecimento da sociedade sobre o papel da magistratura como garantidora dos preceitos insculpidos na nossa Carta Cidadã;

Queremos melhores condições de trabalho, uma carreira estável e atrativa, com direitos e prerrogativas protegidos;

Queremos e temos o direito a uma remuneração condizentemente com a importância do serviço que prestamos à Nação e sem qualquer diferenciação entre ativos e aposentados;

Queremos, senhoras e senhores, que a magistratura como um todo, e não apenas os Desembargadores, tenha o direito de participar do processo de escolha dos seus dirigentes. Isto é democracia!

Por fim, reforço aqui um pedido para que juntos atuemos de maneira firme, inteligente e profissional, a fim de dar ampla divulgação da importância do trabalho desenvolvido pela magistratura, pelo Poder Judiciário em favor da sociedade como um todo, atuando diariamente na defesa dos direitos fundamentais e do Estado Democrático de Direito.

A nossa agenda não pode prescindir de uma nova abordagem, eminentemente estratégica, que vise uma aproximação maior da magistratura com os principais segmentos da sociedade civil organizada para, com eles, debater abertamente os grandes temas que interessam à coletividade e que tenham como foco a cidadania, a ética e a transparência nas relações entre Poder Público e sociedade.

Somos todos sabedores da enorme responsabilidade que pesa sobre nós e da magnitude dos nossos desafios. Contudo, há muito temos dado mostras de nossa capacidade de aglutinação e preparo para lidar com adversidades.

Creio que a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), muito mais do que qualquer outra entidade, justamente por ser a instituição máxima e de ampla legitimidade enquanto instância congregadora da magistratura brasileira, pode contribuir com esta importante missão, atuando como porta-voz e batalhando pela união da classe.

Estamos todos sob o mesmo arco associativo, sob os influxos da democracia, vivenciando um período eleitoral riquíssimo, do qual, certamente, haveremos de sair ainda mais fortalecidos. Aproveito o ensejo, para cumprimentar colegas João Ricardo dos Santos Costa e Roberto Portugal Bacellar, que ora se lançam ao honroso desafio de disputar a presidência de nossa entidade nacional.

Não temos o que temer. Temos, sim, que acreditar na legitimidade das nossas aspirações e por elas lutar, sem descansar, sem desanimar, sem esmorecer, sempre firmes e entusiasmados, para, juntos, construirmos a Justiça do futuro, cada vez mais cidadã, garantidora da democracia e protetora dos mais elevados preceitos republicanos.

Muito obrigado!